



O TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DAS PALAVRAS GRAMATICAIIS: DISCUSSÃO TEÓRICA E ANÁLISE DE VERBETES

LEXICOGRAPHIC TREATMENT OF GRAMMATICAL WORDS: THEORETICAL DISCUSSION AND DICTIONARY ENTRIES ANALYSIS

Michelle Kühn Fornari¹

RESUMO: Este trabalho está inserido em um projeto de pesquisa que visa à elaboração de bases teórico-metodológicas para um dicionário monolíngüe de espanhol como L2 para falantes nativos de português. O comentário semântico é um dos maiores desafios da lexicografia, tanto em termos de formulação da paráfrase definidora como em relação à sua compreensão por parte do consulente. O objetivo deste trabalho é avaliar a qualidade das paráfrases definidoras de algumas categorias das chamadas “palavras gramaticais” em dicionários semasiológicos monolíngües do português e do espanhol. Como metodologia, empregaremos a distinção entre metalinguagem de signo e metalinguagem de conteúdo, a possibilidade de submeter as paráfrases a exercícios de permutação, bem como o grau elucidativo das mesmas. Acreditamos que as paráfrases explanatórias para as palavras gramaticais sejam de utilidade parcial para o consulente. Portanto, consideramos que se faz necessário procurar novos modelos de definição para esse tipo de signos. Trabalhar com as duas línguas (português e espanhol) justifica-se em razão da possibilidade de realizar uma análise paralela que permita entender o problema na língua meta e na língua nativa do potencial consulente.

PALAVRAS-CHAVE: lexicografia, palavras gramaticais, instrução de uso.

ABSTRACT: This paper is inserted in a research project that has as an objective the preparation of theoretical and methodological bases for a Monolingual dictionary of Spanish as L2 for native speakers of Portuguese. The semantic comment is one of the biggest challenges of lexicography, as much in terms of formulation of defining paraphrases as with regard to its understanding on the user's part. The objective of this paper is to evaluate the quality of the defining paraphrases of some categories of the grammatical words on semasiological monolingual dictionaries of portuguese and spanish. As methodology we will use the distinction between metalanguage of sign and metalanguage of content, the possibility of submitting the defining paraphrases to exercises of permutation, as well as their elucidative degree. We believe that the explanatories paraphrases for the grammatical words are of partial usefulness for the user. Therefore, we consider that is necessary to look for new models of definition for this kind of signs. Working with these two languages (portuguese and spanish) is justified due to the possibility of doing a parallel analysis that permits to understand the problem in the object language and in the native language of the potential user.

KEYWORDS: lexicography, grammatical words, instruction of use

¹ Aluna do Programa de pós-graduação em Letras da UFRGS e bolsista da CAPES. Contato: mifornari@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se a um problema bastante significativo da metalexiconografia: a dificuldade de se formular definições que sejam suficientemente elucidativas para o consulente. A possibilidade de se elaborar uma paráfrase definidora de qualidade está intimamente relacionada a todo um conjunto harmônico que constitui o dicionário. Em um primeiro plano, estão os componentes canônicos da obra lexicográfica, *macro-*, *micro-* e *medioestrutura*, bem como as Partes Introdutórias (*Front Matter*). Esses componentes deveriam estar sempre presentes na organização de um dicionário, no sentido de garantir a utilidade e a funcionalidade reais da obra. A macroestrutura, por exemplo, é o conjunto de palavras que formam a nominata do dicionário e a adoção de um critério de seleção macroestrutural significa lematizar palavras de acordo com o tipo de dicionário (dicionário geral, dicionário para aprendizes, dicionário de uso, por exemplo) e com o público a que a obra é destinada (falantes nativos, estudantes, aprendizes de língua estrangeira, etc.)².

A medioestrutura³, por outro lado, é o conjunto de remissões e reenvio de informações dentro do dicionário e tem um papel fundamental de comunicação entre a macro- e a microestrutura. Para que a medioestrutura cumpra efetivamente esse papel, ela deve ser formatada dentro do dicionário a partir de algum critério que se mantenha coerente ao longo da obra, no sentido de trazer informações importantes e úteis para o consulente, de maneira simples e organizada. As Partes Introdutórias são uma espécie de manual de instruções do dicionário, mas não apenas isso, pois nelas devem estar contidas todas as informações necessárias ao consulente, inclusive a que o dicionário propõe-se e que tipos de informações contém. As Partes Introdutórias são o reflexo da harmonia entre a macro-, a micro- e a medioestrutura, pois só é possível estruturá-las de maneira eficaz se se conta com os três componentes constituídos de maneira coerente no dicionário⁴.

Propositalmente, a microestrutura será a última a ser comentada, pois dela se trata esse trabalho, especificamente. A microestrutura de um dicionário semasiológico é o conjunto de informações dentro do verbete e divide-se em dois segmentos: o comentário de forma e o

² Sobre a Macroestrutura e critérios de definição e seleção macroestrutural, ver Bogueño (2007).

³ Sobre a Medioestrutura, ver Bogueño (2003).

⁴ Um estudo sobre esse componente do dicionário é Fornari (2008).



TRAVESSIAS 07 ISSN 1982-5935
 revistatravessias@gmail.com

comentário semântico⁵. O primeiro deles, o comentário de forma, diz respeito às informações que se referem ao signo lingüístico enquanto significante. Alguns exemplos são a classe gramatical, a transcrição fonética e informações de grafia. Já o comentário semântico, como já indica o nome, traz os dados referentes à significação do lema, diz respeito às informações do signo lingüístico enquanto significado. No que se refere a esse trabalho, o comentário de forma não entrará em discussão. Trataremos apenas do comentário semântico, especificamente das definições.

Em um primeiro momento, trataremos dos conceitos de palavras gramaticais e de definições, procurando delimitar características e apresentar uma discussão sobre o seu tratamento na literatura especializada. Nessa primeira parte, pretendemos discutir a problemática pensando nas palavras gramaticais de maneira generalizada. A segunda parte do trabalho contempla a análise de algumas palavras gramaticais em dicionários do Português e do Espanhol. As palavras escolhidas foram *mas* (port.), *pero* (esp.), *por* e *para* (port. e esp.). Nesse segundo momento, foi necessário optar por algumas palavras para fins de análise. Nossa escolha justificase devido ao amplo uso que da conjunção adversativa e das preposições em questão tanto na Língua Espanhola quanto na Portuguesa. A análise contempla dois dicionários brasileiros e três do Espanhol, sendo que dois deles são dicionários para aprendizes. No caso, do português, não temos à disposição esse tipo de dicionário, razão que nos fez escolher dois dicionários do tipo geral. Por fim, nas conclusões apresentamos um esboço de resultados da análise e uma proposta de retificação de um dos verbetes estudados.

2. PALAVRAS GRAMATICAIS

Em primeiro lugar, faz-se necessário pensar a distinção entre palavras gramaticais e palavras lexicais. O primeiro grupo compreende classes de palavras como pronomes, conjunções e preposições, que têm a função de estabelecer relações entre segmentos do enunciado no texto. Já o segundo grupo abrange palavras que contêm em si informação semântica, como os verbos,

⁵ Para esses conceitos, ver Bogueño (2004).



os substantivos e os adjetivos. Pode-se dizer também que as palavras lexicais são sintaticamente organizadas no texto pelas palavras gramaticais.

Segundo Carter (1998:9), as palavras lexicais são palavras cheias, ou seja, são lexias que possuem um ou mais significados, ao passo que as palavras gramaticais são palavras vazias, ou seja, vocábulos que atuam apenas estruturalmente, estabelecendo relações no texto, mas que não possuem significado próprio. O fato é que o léxico está, portanto, dividido em dois grandes grupos de palavras: o grupo daquelas que possuem pelo menos um significado próprio e aquelas que atuam como palavras funcionais.

Coseriu (1979:16) aponta a distinção entre significado lexical e significado categorial. O significado lexical, por um lado, diz o que é uma palavra. Por outro lado, o significado categorial corresponde às diferenças em uma série de palavras como *amor, amar, amável*. Sendo assim, o significado categorial diz respeito às classes de palavras, como substantivo, adjetivo e verbo. As palavras que apresentam significado lexical são as chamadas *lexemas*. Já aquelas que possuem apenas significado categorial são *catégoriemas*. A distinção entre *lexemas* e *catégoriemas* de Coseriu (1979) resulta de fundamental importância, uma vez que estabelece fronteiras entre palavras que possuem significado lexical e palavras que possuem somente significado categorial. Nesse sentido, as palavras gramaticais são também *catégoriemas*.

Levando em consideração o exposto acima, perguntamo-nos a respeito das diferentes acepções apontadas pelos dicionários no que diz respeito às palavras gramaticais. Em outros termos, é difícil entender como palavras sem significado lexical apresentam tantas significações nos verbetes das obras lexicográficas. Neves (1991) aponta que o dicionário mostra, na verdade, o sentido da construção inteira em que está inserida a palavra gramatical. Com isso, podemos afirmar que os dicionários deveriam descrever o comportamento das diferentes classes de palavras gramaticais segundo a sua funcionalidade e o seu emprego, mas apenas indicam que a palavra gramatical faz parte de uma construção com determinado conteúdo semântico. Um exemplo claro disso é o caso da acepção de Au (1999, s.v. *por*): “entra na formação de adjuntos ou de orações que indicam: amizade, amor. Ex. é louco por sua mulher e filhos”. Dessa maneira, o dicionário apresenta o conteúdo proposicional da frase “é louco por sua mulher e filhos” como



uma acepção da preposição *por*. No entanto, se o exemplo em questão fosse “sente ódio por sua mulher e filhos”, já não seria possível aplicar a definição.

3. A DEFINIÇÃO

Cano (2005: 123) afirma que “definição lexicográfica é todo tipo de equivalência estabelecida entre a entrada e qualquer expressão explicativa da mesma em um dicionário monolíngüe⁶”. A expressão “todo tipo” sugere uma série de possibilidades que formam diferentes tipos de definição, levando-nos também a diferentes problemas lingüísticos a serem tratados.

Alguns autores tentaram estabelecer uma taxonomia de definições⁷, sistematizando e indicando critérios para cada tipo de definição⁸. Cano (2005) apresenta uma taxonomia extremamente grande com três grandes grupos de tipos de definição, “enciclopédica”, “telológica y genética” e “lingüística”, que por sua vez se subdividem em mais de vinte subtipos de definição. Essa taxonomia acaba não funcionando como um parâmetro na hora de avaliar a qualidade de uma definição, porque a impressão que se tem ao estudá-la é que funciona como justificativa a tudo aquilo que os dicionários têm feito no que se refere às definições. Com exceção principalmente de Bosque (1982) e Bugueño (2009), a maioria das taxonomias com que conta atualmente a metalexigrafia não estão fundadas em critérios ordenadores, mas constituem somente compilações de diversos tipos de definição, sem qualquer critério de avaliação, ou seja, não há preocupação com a qualidade e a eficácia da definição. Em lugar de se propor parâmetros para a redação de definições, todo tipo de definição é dada como válida. No entanto, muitas delas não são eficazes na função de elucidar o significado de uma palavra⁹, como por exemplo “definición conceptual sinonímica compleja”, tipo de definição formada por dois ou mais

⁶ [Definición lexicográfica es todo tipo de equivalencia establecida entre la entrada y cualquier expresión explicativa de la misma en un diccionario monolíngüe.]

⁷ Um exemplo desse tipo de trabalho é Bugueño (2009).

⁸ Embora essa tendência seja geral, é possível encontrar autores como Ilson (1987), que se preocupa com as informações trazidas pelas definições, deixando um pouco de lado a discussão sobre tipos de definição: “The starting-point of this paper is not a list of types of definitions but a list of types of information provided by definitions” (pág. 72).

⁹ A dificuldade em elucidar o significado de uma palavra deve-se não só à falta de um modelo para se gerar definições, mas também à falta de uma teoria semântica para lidar com as palavras gramaticais.



TRAVESSIAS 07 ISSN 1982-5935
 revistatravessias@gmail.com

sinônimos da palavra a ser definida ou por um sinônimo e uma definição perifrástica, como acontece em *medro*, s.v. Vox (2003):

medro nombre masculino

Mejora o progreso, especialmente el de una persona en su posición económica o social:

Vox (2003, s.v. *medro*).

Em primeiro lugar, questionamos a eficácia da utilização de sinônimos na definição, ao invés de uma paráfrase. Além disso, os sinônimos empregados na acepção não são intercambiáveis, uma vez que *mejora* e *progreso* são dois processos diferentes, em hipótese alguma são sinônimos e não pressupõem as mesmas inferências por parte do consulente. Isso significa dizer que, enquanto “mejora” indica necessariamente que algo passou de um estado ruim a um melhor, conforme o próprio dicionário “cambio o progreso de una cosa que está en condición precaria hacia un estado mejor” (Vox, 2003 s.v. *mejora*), *progreso* não implica essa anterior condição de precariedade: “mejora o avance que experimenta una persona o una cosa hacia un estado mejor, más avanzado o más desarrollado” (Vox, 2003 s.v. *progreso*).

Com isso, o lexicógrafo deixa nas mãos do consulente uma importante decisão a tomar: escolher entre as duas equivalências aquela adequada à sua busca. Em primeiro lugar, é necessário realizar uma pesquisa para entender se as duas equivalências são adequadas, ou seja, se os dois usos apontados no dicionário estão legitimados pela comunidade falante e em seguida separar a definição em duas acepções diferentes, atentando para a ordem das acepções, que em um dicionário de uso deve ser da mais usual a menos usual.

Também é importante ressaltar que os exemplos tornam-se mais confusos e menos elucidativos em casos de definições desse tipo, pois se confundem e o consulente deve analisá-los para identificar a qual equivalência pertencem, ou, muitas vezes, os exemplos trazidos na obra lexicográfica referem-se apenas a uma das equivalências, o que causa ainda mais problemas para o entendimento do consulente. Em razão disso, acreditamos que o ideal é não incluir esse tipo de definição em uma taxonomia. No entanto, a sua inclusão em uma teoria da definição acaba justificando o seu emprego na redação de um dicionário.



Bosque (1982) apresenta também uma taxonomia de definições baseada em dois critérios: o primeiro deles pela natureza da metalinguagem empregada e pela natureza do definido e da informação proporcionada na definição. Nesse ponto, chegamos a uma distinção crucial para que se possa entender o que, de fato, é uma definição. Seco (2003:22) separa as definições em “próprias” e “impróprias”. As definições próprias são aquelas em que explicam o que é a palavra definida, ao passo que as impróprias explicam como se usa a palavra em questão. As definições próprias são aquelas redatadas em metalinguagem do conteúdo e as impróprias são aquelas redatadas em metalinguagem do signo. Observemos a diferença entre as seguintes definições:

homem □ substantivo masculino 1 mamífero da ordem dos primatas, único representante vivente do gên. *Homo*, da espécie *Homo sapiens*, caracterizado por ter cérebro volumoso, posição ereta, mãos preênseis, inteligência dotada da faculdade de abstração e generalização, e capacidade para produzir linguagem articulada.

(Hou, 2001 s.v. *homem*)

porque □ conjunção coordenativa 1 conjunção explicativa liga duas orações coordenadas, numa das quais se explica ou se justifica a asserção contida na outra; pois, porquanto, que. Ex.: entre, p. já é tarde.

(Hou, 2001 s.v. *porque*)

No caso da definição de *homem*, redatada em metalinguagem do conteúdo, o que se tem é uma definição do significado da palavra, ou seja, o que a palavra *homem* é. Já no caso de *porque*, redatada em metalinguagem do signo, temos uma instrução de uso da palavra e a descrição de sua função.

Partindo agora para o estado em que se encontra a metalexigrafia no que se refere à teoria da definição, faz-se necessário analisar os princípios apontados por Cano (2005:209) que regeriam as definições do dicionário: equivalência, substituição, identidade categorial ou funcional, transparência e autosuficiência. O princípio da equivalência, segundo Cano (2005:ibid), diz que “uma definição será correta se o definidor contém todo o definido e nada mais que o definido”. Pensando nas palavras gramaticais, é fácil constatar que esse princípio não se aplica ao tipo de definição através do qual elas são redatadas. Uma definição de *embora*, por exemplo, não



contém o definido, mas sim uma explicação de como o definido atua na língua, de como empregar o definido.

O segundo princípio, o da substituição, diz que “definido e definidor serão permutáveis em qualquer contexto” (Cano, 2005:ibid). Mais uma vez as definições de palavras gramaticais não se aplicam. As definições em metalinguagem de signo são descrições, explicações de como a palavra se aplica e não podem, de maneira nenhuma, atender a esse princípio. Vejamos, por exemplo, a definição de *muñeca* encontrada em Vox (2003): “Parte del brazo humano donde la mano se une con el antebrazo”. É perfeitamente possível aplicar o princípio da substituição. No exemplo apresentado pelo dicionário (“el reloj se suele llevar en la muñeca izquierda”), trocamos *muñeca* pela definição: “el reloj se suele llevar en la parte del brazo humano donde la mano (izquierda) se une con el antebrazo”. Por outro lado, uma substituição torna-se impossível no caso das palavras gramaticais. Vox (2003, s.v. *por*) traz a instrução de uso “Indica el lugar a través del cual se pasa o en el cual se produce un movimiento”, juntamente como o exemplo “pasé por la calle Simón Bolívar”. É fácil constatar que não se poderia gerar uma oração como “pasé ‘indica el lugar a través del cual se pasa o en el cual se produce un movimiento’ la calle Simón Bolívar”. Esse fato reforça a inadequação de tentar aplicar-se uma mesma teoria da definição tanto às palavras lexicais quanto às gramaticais.

O terceiro princípio, da identidade categorial, diz que definidor e definido pertencerão à idêntica categoria gramatical. Nos verbetes mencionados acima, vemos que *hombre* e *homem* foram definidos a partir dos substantivos “ser vivo” e “mamífero”, atendendo rigorosamente a esse princípio. No entanto, as palavras gramaticais não podem ser definidas apenas a partir de palavras gramaticais, pois, desse modo, teríamos uma sinonímia¹⁰ e não uma definição propriamente dita. Em metalinguagem do signo, costuma-se empregar expressões do tipo “usa-se como”, “serve para”, “introduz...”, etc., que são formas de constituir uma instrução de uso. Mais uma vez, conclui-se que não é possível aplicar esse princípio na redação ou na avaliação de uma definição de uma palavra gramatical.

¹⁰ Bugueño; Farias (2007) trabalham com a hipótese da atuação do sinônimo como um mecanismo complementar para a elucidação de uma definição no caso daquelas referentes a palavras que por natureza são mais difíceis de serem definidas, como o verbo *engolir* (Hou, 2001): “fazer deslocar (bolo alimentar) da boca para o estômago”, acepção em que é mais compreensível apontar o sinônimo *comer*.



O quarto princípio aponta para o fato de que “os componentes do definidor estarão constituídos por palavras usuais, com termos facilmente compreensíveis”. (Cano, 2005:ibid). Esse princípio pode e deve ser aplicado à definição de palavras gramaticais. É certo que a definição deve ser redatada de maneira clara e concisa. Por outro lado, não podemos redatar ou avaliar a qualidade de uma definição a partir de um único critério. É preciso um conjunto de parâmetros a serem elaborados que garantam a possibilidade de assegurar a qualidade de uma definição no momento de sua redação, até porque em muitos casos deparamo-nos com definições cujos estilos de redação são de fácil acesso, mas que não satisfazem no que se refere ao conteúdo da paráfrase.

O último princípio, da auto-suficiência, diz que “todas as palavras empregadas nas definições deverão ter sua própria entrada na nominata”. (Cano, 2005:ibid). Esse é um problema da ordem da macroestrutura e não tem a ver diretamente com o problema da definição, ou seja, durante a redação ou a avaliação de uma definição do dicionário, esse critério não poderá ser aplicado. O princípio pode ser levado em conta em relação aos componentes canônicos da obra lexicográfica, não interferindo diretamente no âmbito microestrutural.

Seco (2003:21) aponta a permutabilidade como “el banco de pruebas” da definição. Mais precisamente, o autor aponta que “se o enunciado definidor pode substituir o término definido, em um enunciado de fala, sem que o sentido objetivo deste se altere, o enunciado definidor é válido”. Medina (2005:130) aponta para o fato de que a definição só será válida e correta se cumprir com o princípio de substituição. No entanto, esse processo de substituição só pode ser aplicado majoritariamente às definições em metalinguagem do conteúdo.

Todos os autores estudados para este trabalho atentam para o fato de que as definições são redatadas de acordo com uma metalinguagem e todos assumem que os princípios regentes não podem ser aplicados às definições em metalinguagem do signo. Isso significa dizer que a distinção existe, é considerada pela literatura especializada, mas, apesar disso, a teoria segue apostando em modelos que não funcionam, ou seja, a prática lexicográfica não é conseqüente com isso.

Os princípios regentes da definição não podem ser aplicados quando se trata de palavras gramaticais definidas em metalinguagem do signo. No entanto, isso não significa que esse tipo de



definição não é regido por nenhum princípio. É claro que deveriam existir parâmetros para a definição de palavras gramaticais, mas o fato é que nenhum estudioso preocupou-se ainda com essa questão. Cano (2005:122), por exemplo, apresenta algumas classes gramaticais e as problematiza no capítulo dedicado às definições. Dessa maneira, o autor fala em artigos, pronomes, demonstrativos, possessivos, advérbios e preposições, mas trata de problemas de cunho medioestrutural ou macroestrutural¹¹. Chama a atenção um trecho em que o autor trata das preposições e coloca que “por su difícil uso correcto para los alumnos extranjeros, dedicaremos además un apartado en el apéndice gramatical a los distintos valores y usos de por y para” (:130). É indiscutível que é tarefa do dicionário, em seus âmbitos macro-, micro- e medioestruturais, apresentar valores e usos, principalmente no que se refere a palavras que costumam apresentar dificuldades ao consulente. A questão é o que o dicionário mostrará senão diferentes valores e usos, que deveriam ser informações apresentadas na microestrutura do dicionário, não em um apêndice gramatical.

A partir do exposto acima, perguntamo-nos se é possível gerar uma taxonomia para tratar das paráfrases para as palavras gramaticais, uma vez que o assunto não é abordado no sentido de estabelecer parâmetros em relação a como definir. No entanto, a reflexão produzida para buscar o estabelecimento desse conceito leva-nos a considerar o termo “definição” como adequado apenas àquelas definições redatadas em metalinguagem de conteúdo. No que se refere às paráfrases em metalinguagem de signo, acreditamos que um termo mais adequado seria “instrução de uso”, uma vez que para esse tipo de palavras o que se tem é uma explicação de como empregar o lema.

Como síntese parcial, apontamos que Haensch (1982), Landau (2001) e Jackson (2002) consideram a definição a informação mais procurada pelo consulente no dicionário. Apesar disso, não há, como vimos, uma abordagem teórica satisfatória sobre como gerar uma definição de qualidade, o que acaba comprometendo a eficácia do dicionário, principalmente no que diz respeito às palavras gramaticais. É essencial que se estabeleça uma taxonomia que realmente cumpra o papel de estabelecer parâmetros teóricos para a elaboração de definições e instruções

¹¹ No que se refere à medioestrutura, Cano (2005) discute como as palavras gramaticais farão remissões umas às outras quando necessário. Já no plano macroestrutural, o autor apresenta critérios para a inclusão das palavras na nominata do dicionário.



de uso verdadeiramente capazes de satisfazer a função de explicar o que é ou como se emprega o lema. Isso significa afirmar que há necessidade de duas taxonomias, uma que se refira às palavras gramaticais e outra referente às palavras lexicais, uma vez que se trata de dois problemas teóricos diferentes.

3.1 APRESENTAÇÃO DAS PALAVRAS GRAMATICAIS NO DICIONÁRIO

Os conceitos trabalhados até aqui servirão de apoio para a realização da análise, junto com outros que surgirão ao longo do trabalho. Os dicionários selecionados para a pesquisa foram *Dicionário Aurélio Século XXI* (1999, doravante AU 1999), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001, doravante Hou 2001), *Diccionario de la Real Academia Española* (2001, doravante DRAE 2001), *Diccionario Señas para la enseñanza de la lengua española para brasileños*¹² (2001, doravante SDPELE 2001) e *Diccionario Salamanca de La lengua española*¹³ (1996, doravante DSLE 1996).

As duas obras da língua portuguesa são dicionários gerais. Já no caso do espanhol, temos um dicionário geral (DRAE 2001) e dois dicionários para aprendizes¹⁴ (*Señas* 2001 e *Salamanca* 1996). As definições deveriam acompanhar o tipo de dicionário, conforme as diferenças existentes entre as obras. Dicionários para aprendizes, por exemplo, têm algumas distinções significativas nos planos macro, médio e microestrutural em relação aos dicionários gerais¹⁵. Não restam dúvidas de que um dicionário para aprendizes deveria apresentar, por exemplo, definições mais simples, já que estão direcionados a um público tal que não domina a língua meta. O que acontece, em geral, é que os dicionários para aprendizes têm praticamente as mesmas definições que os dicionários monolíngües, de onde originalmente se compiam as paráfrases.

¹² Para uma análise desse dicionário ver Bugueño (2006).

¹³ Para uma análise de SDPELE (2001) e DSLE (1996) ver Fornari (2007).

¹⁴ Um estudo interessante acerca desse tipo de dicionário é Humblé (2001).

¹⁵ No plano macroestrutural, a nominata de um dicionário para aprendizes deve ser mais seletiva em relação a um dicionário geral, dependendo do nível de conhecimento da língua que o público-alvo da obra apresenta, por exemplo, níveis A1 e A2 do Marco (2002). Já no que se refere à microestrutura, a diferença fundamental entre um dicionário para aprendizes e um dicionário geral dá-se na linguagem utilizada na redação da definição, que deve ser a mais simples possível em um dicionário para aprendizes de uma L2. No que se refere à medioestrutura, é fundamental que as remissões em um dicionário para aprendizes estejam voltadas para elucidar a norma real da língua, ou seja, o que os falantes nativos realizam de fato, sem a predominância da norma ideal. Um estudo sobre os componentes canônicos em dicionários para aprendizes, é Fornari (2007).



Como tem ficado claro até aqui, é imprescindível que se adote um critério para a formulação de instruções de uso no dicionário. No entanto, um modelo disponível para aplicação ainda não existe. Nesse sentido, é essencial que se estruture algum parâmetro teórico. Apesar disso, o que se constata é a falta de aplicação de critérios coerentes de redação tanto das instruções para palavras gramaticais, como das definições para substantivos, verbos e adjetivos. Um exemplo disso é a aplicação da metalinguagem do signo para adjetivos como *rubio* (s.v. DUE 1996):

- 1 adj. y, aplicado al color mismo o a personas que lo tienen, también n. Del color del oro o de la mies madura. □ Aplicado a personas, con el pelo de ese color, o más oscuro tendiendo a castaño, o rojizo. P Amelcochado, bermejo, blondo, catire, catiro, catirruccio, güero, huero, leonado, oxigenado, platinado, platino, rojo, royo, rucio, rútilo, taheño. Ó Enrubescer, enrubiar.
- 2 adj. Se aplica a las cosas de color más claro que otras de la misma especie: 'Cerveza rubia. Tabaco rubio'.

(DUE (1996, s.v. *rubio*)).

Apesar de se referirem a adjetivos, as definições estão redatadas em metalinguagem do signo, de maneira que não informam ao consulente o que significa a palavra *rubio*, mas sim a sua extensão, ou seja, a que ela se aplica. O dicionário VOX (2003) é consideravelmente mais feliz em sua definição para *rubio*, “[color] Que es amarillo como el del oro” e “[persona] Que tiene el pelo de ese color y a menudo la piel clara y rosada” (s.v. *rubio*). Dessa maneira, o dicionário apresenta uma definição intensional, em metalinguagem do signo, explicando ao consulente o significado da palavra. Lara (2004:93) estabelece o conceito de definição intensional como aquela que “compreende a menção ao conceito genérico mais próximo e às características distintivas que delimitam o conceito a ser definido”¹⁶. Por outro lado, a definição extensional é aquela que “descreve o conceito pela enumeração exaustiva dos conceitos aos quais se aplica” (Lara, *ibid*)¹⁷.

Um exemplo que ilustra a situação contrária é o tratamento de *pues* em DUE (1996, s.v.):

¹⁶ Segundo Hartmann;James (1998): [intensional definition: A DEFINITION which specifies the attributes of a specific concept in relation to its HYPERONYM.]

¹⁷ Cf. Hartmann;James (*ibid*): [extensional definition: A DEFINITION which explains a concept by reference to its HYPONYMS.]



1 conj. Esta partícula es fundamentalmente *consecutiva y tiene como papel propio el de expresar una cosa sugerida al hablante por algo pensado o dicho inmediatamente antes: 'No tengo ganas de comer. — Pues no comas. Le saludé y no me contestó. — Pues no le vuelvas a saludar. Pues no sabía nada. Pues no se me había ocurrido. Te lo dije y no me hiciste caso, pues no te quejes'.

(DUE (1996, s.v. *pues*)).

Nesse caso, temos uma “definição” para uma palavra gramatical. Fica evidente a incompatibilidade desse tipo de lexia com a formulação de uma definição. Uma instrução de uso em metalinguagem do signo seria o tratamento adequado para *pues*. Usualmente, as instruções são encabeçadas por expressões como “emprega-se, usa-se, aplica-se”, que seriam alternativas viáveis para a redação do verbete em questão. A verdade é que essas palavras não podem ser definidas de maneira indiscriminada, pois deve haver um cálculo preciso para a formulação da paráfrase (instrução, no caso da palavra gramatical) levando em conta a natureza da palavra a ser definida.

3.2. ANÁLISE DE *PERO* E *MAS*

3.2.1 *Mas* em Au (1999) e Hou (2001)

Observemos a primeira “acepção”¹⁸ de Au (1999) e Hou (2001) para *mas*:

1. Exprime oposição ou restrição; porém, todavia, entretanto, no entanto, contudo: "Dai-me a fúria grande e sonora, / E não de agreste avena, ou fruta ruda; / Mas de tuba canora e belicosa, / Que o peito acende, e a cor ao gesto muda." (Luís de Camões, Os Lusíadas, I, 5); "apanhei o embrulho e segui / Segui, mas não sem receio." (Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas, p. 149); É bondoso, mas não o demonstra.

(Au 1999, s.v. *mas*)

1.1 conjunção adversativa
com variações de sentido, introduz o segmento que denota basicamente uma oposição ou restrição ao que já foi dito.

(Hou 2001, s.v. *mas*)

¹⁸ Empregaremos o termo “acepção” seguindo a nomenclatura tradicional, porém é fundamental deixar claro que é um conceito inadequado ao caso das palavras gramaticais. O verbete desse tipo de lexias apresenta, na verdade, uma discriminação de valores assumidos pela palavra.



Nessas instruções, podemos perceber a coexistência de dois valores contextuais em uma mesma “acepção”. Segundo o próprio Au (1999), *oposição* significa “ato ou efeito de opor(-se); impedimento, obstáculo, objeção” (s.v. *oposição*), ao passo que *restrição* significa “ato ou efeito de restringir(-se)”. O que queremos dizer com isso é que, ao falar-se em oposição, o que está em questão é uma diferença marcante entre dois itens que são comparados, enquanto que no que se refere à restrição, fala-se em uma condição restritiva que impõe limites, ou seja, são duas relações completamente diferentes que nas instruções estão redatadas como se fossem equivalentes. O ideal, portanto, seria que a “acepção” fosse dividida em duas.

Por outro lado, simplesmente separar as “acepções” não seria o suficiente. Ao falar-se em oposição, por exemplo, é preciso explicitar ao consulente que tipo de oposição a conjunção *mas* estabelece. A frase *“João é bonito, mas feio” provavelmente não é uma construção que um falante nativo de português produziria, no entanto, expressa oposição. É preciso demonstrar através da instrução que a oposição ocorre entre duas coisas passíveis de serem opostas entre si de forma coerente, como por exemplo em “Isso é divertido, mas não é adequado no momento”.

Tratemos agora da segunda “acepção” de Au (1999):

2. No princípio da oração, indica relação com idéia anterior: -- Mas, doutor, por que não a quer tratar?

(Au 1999, sv. *mas*)

Nesse caso, temos uma instrução vaga e pouco esclarecedora, pois “relação com idéia anterior” não informa nada ao consulente, já que não explicita que relação é essa, função básica da instrução em um dicionário. A quarta “acepção” de Au (1999) confunde-se com a segunda:

4. Denota censura a palavras ou ações alheias: -- Mas como é que você fala mal do seu amigo?; "-- Paulina! -- disse Tomás quase em delírio. -- Mas para que partes? -- continuou Paulina em tom de voz repassada de meiga exprobração." (Júlio Dinis, Serões da Província, I, p. 72).

(Au 1999, sv. *mas*)



Pode-se observar que com os exemplos trazidos para essa “acepção”, é possível reforçar a relatividade da instrução da segunda “acepção”, que diz que “no princípio da oração, indica relação com idéia anterior”, pois temos, em ambos os exemplos, o uso da conjunção encabeçando a frase. O que deve ser observado é quão proveitosas essas informações resultam ao consulente. A verdade é que as “acepções” confundem-se e são divididas de maneira duvidosa, afinal, “denotar censuras a palavras ou ações alheias” (cf. ac. 4) pode ser um tipo de relação com a idéia anterior (cf. ac. 2).

Au (1999) traz ainda duas “acepções” de *mas* como advérbio, porém, o limite entre elas é também bastante questionável:

Adv. 5. Denota corroboração do que se acabou de dizer; sim, decerto: Saiu-se muito bem, mas muito bem; "trazia no chapéu uma pluma branca, mas branca que parecia neve." (Gonçalves Dias, Teatro, p. 7).

Pal. denot. 6. Indica reforço: "Embora homens de trabalho, não tinham as unhas roídas dos tintos. Tinham mas era mãos adamadas" (João da Silva Correia, Farândola, p. 130).

(Au 1999, sv. *mas*)

Temos duas “acepções” diferentes e exemplos que serviriam para qualquer uma delas, ou seja, o exemplo da “acepção” cinco cabe perfeitamente na instrução da “acepção” seis e vice-versa. Isso significa que nem as instruções são elucidativas, nem os exemplos ajudam a esclarecê-las. Vejamos como o próprio Au (1999) define *corroborar* e *reforçar*:

corroborar V. t. d. 1. Dar força a; fortificar, fortalecer, roborar: Remédio para corroborar o organismo.

(Au 1999, sv. *corroborar*)

reforçar V. t. d. 1. Tornar mais forte, mais sólido, mais intenso; dar mais força a: Estes dados reforçarão o pedido.

(Au 1999, sv. *reforçar*)

A partir do significado dessas palavras, utilizadas nas instruções de *mas* em Au (1999), podemos constatar que, ou as duas “acepções” de *mas* são apenas uma e possuem o mesmo valor, ou as palavras (*corroboração* e *reforço*) foram mal escolhidas por manterem entre si uma similaridade muito



forte que acaba aproximando demais o significado de ambas. O fato é que não é possível compreender qual é a diferença entre as duas “acepções”.

Passemos agora à instrução de uso de Hou (2001), que é dividida em três “acepções”:

□ **conjunção coordenativa**

1 conjunção adversativa

liga orações ou períodos que apresentam as mesmas propriedades sintáticas; contudo, entretanto, todavia, apesar disso, não obstante

1.1 conjunção adversativa

com variações de sentido, introduz o segmento que denota basicamente uma oposição ou restrição ao que já foi dito

(Hou 2001, s.v. *mas*)

As “acepções” 1 e 1.1 realizam uma espécie de “generalização”. A “acepção” 1.1, já analisada, fala em “variações de sentido”, que serão explicitadas na “acepção” 3, que vai de 1.1.1 a 1.1.10.

É interessante observar a discrepância de quantidade de informações que há entre Au (1999) e Hou (2001). Enquanto Au (1999) traz quatro valores para *mas* como conjunção, Hou (2001) apresenta dez. É importante ressaltar aqui que um grande número de “acepções” não é indicativo de qualidade do dicionário, pois o que importa é a qualidade e o critério para a formulação das instruções de uso adotado pela obra. O que Hou (2001) faz no verbete de *mas* é uma análise minuciosa de quaisquer casos em que *mas* possa estar atuando como uma conjunção adversativa. No entanto, se houvesse um critério para redatar as instruções que fosse aplicado como uma fórmula para esse tipo de palavra, talvez esse número de valores pudesse reduzir-se a dois ou três, pois a idéia de restrição e oposição, se bem explicitada, no sentido de demonstrar o uso da conjunção *mas*, tornaria desnecessário que após uma definição mais geral, seguissem dez “acepções” de cunho mais específico, uma vez que todas guardam entre si grandes proximidades.

3.2.2 *Pero* em DRAE (2001), SDPELE (2001) e DSLE (1996)

No que se refere aos dicionários de língua espanhola, temos, a princípio, duas “acepções” comuns entre DRAE (2001) e SDPELE (2001):

pero³. 1. conj. advers. U. para contraponer a un concepto otro diverso o ampliativo del anterior. *El dinero hace ricos a los hombres, pero no dichosos. Le injurié con efecto, pero él primero me había injuriado a mí.*



2. conj. advers. U. a principio de cláusula sin referirse a otra anterior, para dar énfasis o fuerza de expresión a lo que se dice. *Pero ¿dónde vas a meter tantos libros? Pero ¡qué hermosa noche!*

(DRAE 2001, s.v. *pero*)

pe.ro 1 conj. Indica oposición; expresa un valor *adversativo: *Clara dice que estudia, ~ no es cierto; es pobre, ~ honrado.* => *aunque.* □ **mas**

2 Añade fuerza e intensidad en la forma o la oración que introduce: *~ ¿qué haces ahí subido?; ~ ¡qué guapo eres!* Se usa siempre al principio de la frase. □ **ora!**

(SDPELE 2002, s.v. *pero*)

Em relação à primeira “acepção”, a instrução encontrada em DRAE (2001) é mais elucidativa que a de SDPELE (2001), que apenas fala em oposição e valor adversativo. É importante ressaltar que a coexistência de duas instruções (como acontece em SDPELE (2001)) e a presença da conjunção alternativa na instrução (como acontece em DRAE 2001) são fatores que acabam prejudicando a qualidade das paráfrases, porque deixam sob responsabilidade do consulente interpretar a instrução e estabelecer relações entre o que se pode alternar ou entre duas paráfrases para uma mesma “acepção”. Não restam dúvidas de que o dicionário deve ter um caráter especialmente assertivo.

Além desses dois dicionários, outra obra de língua espanhola foi analisada: DSLE (1996). O verbete *pero*, ao contrário do esperado, é muito maior em relação a DRAE (2001). Apesar de ser um dicionário para aprendizes, o que significa que o dicionário deve ser estruturalmente menos complexo que um dicionário geral, o verbete de DSLE (1996) traz dados específicos e mais complexos que DRAE (2001). São apenas três “acepções”, sendo que apenas a primeira refere-se ao *mas* enquanto conjunção. O problema é que a “acepção” divide-se em três “subacepções” e contém diversas observações a respeito da palavra. Tais observações são de cunho sintático ou de uso, mas são apresentadas de maneira muito confusa, pois, na verdade, parecem ser outras “subacepções”, por exemplo: “a menudo, en actitud de réplica, se refiere al discurso previo de otro hablante” (s.v *mas*). DSLE (1996) aproxima-se bastante a Hou (2001) nesse aspecto. Essa enorme enumeração de observações parece ser uma tentativa de esmiuçar todas as possibilidades de uso de *pero* enquanto conjunção adversativa. No entanto, como foi dito antes, essa análise minuciosa seria desnecessária se existisse um algoritmo eficaz para a formulação de uma instrução definidora. Infelizmente, essa fórmula ainda não existe, porém,



consideramos plenamente viável o estabelecimento de critérios que possibilitem a redação de instruções de alta qualidade, capazes de satisfazer a complexa problemática que envolve as palavras gramaticais.

3.3 ANÁLISE DE *POR* E *PARA*

3.3.1 *Por* e *para* em Au (1999)

Cano (2005:130) aponta *por* e *para* (falando em relação à língua espanhola, mas em nossa opinião, também se pode dizer isso de *por* e *para* em português) como preposições cujo uso acaba sendo bastante difícil para alunos estrangeiros, devido aos diferentes valores que essas preposições podem assumir. Em razão disso, fica clara a necessidade de se expor muito bem o uso de tais palavras. No entanto, o que normalmente se vê no verbete de *por* e *para* é um tratamento que resulta pouco elucidativo, uma vez que não dá instruções de como se devem usar as preposições.

Iniciaremos a análise com a instrução de Au (1999) no verbete *por*: “partícula usada em numerosíssimos casos, entre os quais os seguintes”. A partir dessa primeira frase já podemos esperar uma enumeração pouco precisa por parte do dicionário. Também já se pode prever que a obra não dará conta de todos os casos. Após essa primeira informação, Au (1999, s.v.) lista seis casos organizados de A a F. O primeiro deles, “A”, é “serve para juntar ao verbo, adjetivo ou substantivo que a antecede o complemento terminativo que lhe determina a significação”. Essa é uma instrução sem dúvida extremamente complexa, uma vez que a nomenclatura “complemento terminativo” provavelmente não será de muita ajuda ao consulente.

Os dois próximos casos, “B” e “C”, são “rege o predicativo do sujeito ou do objeto direto” e “rege especialmente o agente da voz passiva”. Nos dois casos temos a exploração de uma nomenclatura de pouco acesso e instruções vagas, pois o verbo *reger* pouco ou nada informa ao consulente (apenas que existe uma relação de dependência) e o emprego do advérbio *especialmente* na instrução “C” torna-a ainda mais imprecisa.

A instrução “D” é ainda mais complexa, pois traz 24 subcasos. Vejamos: “entra na formação de adjuntos ou de orações que indicam:”. Em nossa opinião, essa informação também



não é de nenhum auxílio ao consulente, pois este não só necessitará saber onde a preposição entra, mas também como é usada e quais são os seus valores. Au (1999) tenta listar os usos de *por* nos 24 subcasos, mas apenas apresenta uma série de palavras que apartadas dos exemplos que as acompanham no verbete, não têm nenhuma eficiência, como por exemplo: “O preço”, “Favor, defesa, proteção” e “Unidade, em sentido distributivo” (Au 1999 s.v. *por*).

Pensemos, por exemplo, na “subacepção” 4, “o agente intermediário”. Devido à vaguidade dessa instrução, ela poderia perfeitamente ser aplicada ao advérbio através, por exemplo. Isso significa que o dicionário não explicita o uso da preposição, ação indispensável para a eficácia do dicionário. A “subacepção” 9, “o momento da ação, do fato”, apresenta uma informação errônea, pois *por* não indica o momento certo, mas sim o momento aproximado, de acordo com o exemplo trazido por Au (1999): “foi por uma dessas belas tardes de verão que ele a conheceu”. Seria indispensável que o dicionário explicasse isso. Nesse sentido, pode-se perceber facilmente que estamos diante de um sistema de instruções que não funcionam.

As duas últimas instruções de Au (1999), “E” e “F”, são: “entra na formação de numerosas locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas” e “quando se lhe segue infinitivo, indica não achar-se ainda realizado o ato ou estado expresso no verbo, e é, por vezes, negativa, equivalendo a *sem*”. Em relação à instrução “E”, Au (1999) apenas lista uma série de locuções, sem expressar quaisquer valores ou usos para elas. Já no que se refere à instrução “F”, pode-se perceber que a instrução é inadequada, uma vez que são inúmeros os exemplos em que *por* sucedido de verbo no infinitivo não tem o valor indicado. O próprio dicionário demonstra isso nos exemplos das instruções anteriores, como:

2. Fim, destino, propósito, tenção, desejo: "Durante quinze anos lutou **por conservar** intacta a independência da terra que lhe chamava rainha" (Alexandre Herculano, O Bobo, p. 10); "Morro, e **por dar**-te mais gosto, / Vou morrendo devagar" (Domingos Caldas Barbosa, ap. Sérgio Buarque de Holanda, Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial, I, p. 285); "correndo o campo com um molho de arnica, pisava a planta **por extrair**-lhe o suco." (Afonso Arinos, Pelo Sertão, p. 42); "Mordia, **por não rir**, o lábio úmido e langue" (Menotti del Picchia, As Máscaras, p. XI).

(Au, 1999 s.v. *por*)



TRAVESSIAS 07 ISSN 1982-5935
 revistatravessias@gmail.com

Além disso, Au (1999), afirma que *por* pode equivaler-se a *sem*, o que de fato não acontece. Analisemos os exemplos para a “acepção” “F”: “há muitas novidades por acontecer; já vai longa esta exposição, e ainda fica muito por dizer”. Nenhum falante nativo de português diria “*há muitas novidades **sem** acontecer” ou “*e ainda fica muito **sem** dizer”. Mais uma vez, estamos diante de instruções que não cumprem seu papel no dicionário.

Passemos agora ao tratamento de *para* em Au (1999). Inicialmente, o dicionário traz uma instrução genérica, como o fez no verbete *por*: “Us. nos seguintes casos, entre outros: 1. Introduz o complemento terminativo de verbos, substantivos e adjetivos que encerram idéia de direção, destino, fim, objetivo, relação”. De novo temos a sensação de que o dicionário não dá conta da palavra lematizada, uma vez que aponta a existência de “outros casos”. A segunda “acepção” de Au (1999) é “indica sentimento, julgamento, opinião, concepção de alguém a respeito de outrem ou de algo”. É inaceitável que se considere *para* como uma preposição que indique opinião. O máximo que se poderia dizer é que *para* encabeça construções que indicam opinião. Na oração “para quem vive no comércio cotidiano dos livros, não pode haver, entre a morte e a vida, as mesmas fronteiras rigorosas que observamos no mundo dramático da realidade”, exemplo trazido por Au (1999), *para* funciona como a indicação de que o pensamento “não pode existir...” é próprio de quem vive no comércio, de maneira nenhuma expressa a opinião em si. Nesse caso, o dicionário traz a significação da construção inteira. Neves (1991) alerta para o fato de que essa é uma prática comum dos dicionários, que não levam em conta a descrição do funcionamento da palavra gramatical dentro da construção.

A terceira “acepção” de *para* em Au (1999) é “rege o predicativo do sujeito ou do objeto direto”. Essa instrução é exatamente a mesma de *por* (“acepção” 1 b). Isso significa dizer que, além de fazer referência a nomenclaturas gramaticais, a instrução não funciona, pois aplica-se às duas preposições que não podem ser substituídas uma pela outra quando regem o predicativo do sujeito ou do objeto direto, sob pena de se formular uma oração agramatical. Vejamos os exemplos trazidos por Au (1999) de *por* com esse uso: “esteve por escrevente num cartório; Alberto de Oliveira passa por grande poeta; Todos o têm por sábio”. Vejamos agora, os exemplos trazidos por Au (1999) de *para* com esse uso: “Foi nomeado para procurador do Estado; Elegeram-no para diretor duma companhia”. Em todos os casos, *por* e *para* atuam como



regentes do predicativo do sujeito ou do objeto direto, como o dicionário afirma. No entanto, não se pode trocar uma preposição pela outra, formando “*esteve para escrevente num cartório”, “*Alberto de Oliveira passa para grande poeta”, “*Todos o têm para sábio”, “*Foi nomeado por procurador do Estado”, “*Elegeram-no por diretor duma companhia”. Se as preposições têm usos e valores diferentes, mesmo quando sintaticamente cumprem uma mesma função, indicar essa função no dicionário não é suficiente. É necessário que o dicionário instrua o consulente a como usar a preposição.

A quarta “acepção” de Au (1999) é “Faz parte de adjuntos ou oração que exprimem:” Em seguida, o dicionário apresenta dezessete “subacepções”, como por exemplo: “capacidade, pendor”, “duração” e “preço”. (Au, 1999, s.v. *para*). Novamente, pode-se afirmar que as “subacepções” não têm eficácia quando apartadas dos exemplos. Dentre todas elas, chamamos atenção especialmente a “e”. Nessa “subacepção”, temos a informação de que *para* faz parte de adjuntos ou orações que exprimem “destinação, fim”, ou “fim, destino, fado”. Uma indicação como essa não ajuda efetivamente o usuário, pois este se depara com uma série de possibilidades redatadas com a mesma instrução e, em razão disso, chegar a uma conclusão produtiva a respeito do uso ou do valor dessa preposição torna-se muito mais difícil.

Outro aspecto importante a ser ilustrado diz respeito à “subacepção” “q”, “preço”. Au (1999) indica o mesmo uso para a preposição *por*. No entanto, novamente as preposições não podem ser substituídas uma pela outra em orações que tragam noção de preço. Vejamos os exemplos de *para* em Au (1999, s.v.): “q) preço: Isto é livro para 100 reais”. Analisemos agora o caso de *por*: “12. O preço: Comprei este livro por um preço exorbitante”. Nenhum falante nativo de português diria “*isto é livro por 100 reais” ou “*comprei este livro para um preço exorbitante”. Isso demonstra que indicar o envolvimento da preposição em uma oração que traz noção de preço é totalmente impreciso, ou seja, não explica o uso nem o valor, que com certeza são diferentes.

A quinta “acepção” de *para* em Au (1999) é “5. É o elemento fundamental de umas poucas locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas: para logo, para sempre, para todo o sempre; para com; para que”. Seria interessante que, o dicionário explicasse os usos das locuções, ao invés de restringir-se à mera listagem.



3.3.2 *Por e para* em Hou (2001)

Passemos agora para Hou (2001). Em primeiro lugar, vamos analisar o tratamento que o dicionário dá a *por*. São trinta “acepções”, sendo que todas elas apresentam problemas. O primeiro ponto a destacar é que, assim como ocorrido em Au (1999), as “acepções” não funcionam sem os exemplos. Hou (2001) não traz instruções, mas sim outras palavras gramaticais de mesmo valor. Analisemos a primeira “acepção” de *por* em Hou (2001):

□ preposição

1 através de, sobre, ao longo de, em

Ex.: <os ladrões entraram p. esta janela> <passemos p. esta alameda> <viajaram p. mar e p. terra> <caminhemos pelo jardim> <passavam pela praia>

(Hou, 2001 s.v. *por*)

Temos uma série de equivalências que não têm o mesmo significado, mas que o dicionário reuniu em uma mesma “acepção”, como se tivessem o mesmo valor. “Através de” é muito diferente de “sobre”, por exemplo. Isso significa dizer que em casos em que *por* tem o mesmo valor de *através de*, *por* tem também valor diferente de *sobre*, ou seja, o dicionário deveria separar as “acepções”. Por outro lado, ao listar uma série de palavras similares, o dicionário não explicita como usar a preposição, nem consegue estabelecer o valor real da preposição, deixando de cumprir seu papel fundamental no que se refere às palavras gramaticais.

Na segunda “acepção”, temos um problema semelhante ao encontrado na primeira:

2 perto de, ao lado de, dentro de (lugar)

Ex.: <em minha viagem, passei p. Porto Seguro> <este ônibus passa pela Central do Brasil>

(Hou, 2001 s.v. *por*)

Temos três advérbios de lugar listados, perto, ao lado e dentro. Não restam dúvidas de que são coisas completamente diferentes. O primeiro exemplo, “em minha viagem, passei por Porto Seguro”, não se aplica apenas aos valores sugeridos pelas equivalências. “Passei por Porto



Seguro”, além de passar perto de Porto Seguro, pode significar “estive em Porto Seguro rapidamente”. O fato é que “perto” não necessariamente significa “ao lado”, e “dentro” dificilmente vai se adequar a uma oração com *por*.

A “acepção” quatro também apresenta problemas:

4 de passagem, nas proximidades de

Ex.: <logo estaremos p. lá> <ficaremos p. aqui uns dois dias>
(Hou, 2001 s.v. *por*)

Ao que parece, a intenção de Hou (2001) é de aplicar às palavras gramaticais o princípio da substitubilidade. No caso dessa “acepção”, temos novamente duas locuções adverbiais que seriam passíveis de substituição em relação a *por*. No que se refere aos exemplos trazidos pelo dicionário, de fato, é possível substituir. No entanto, essa substituição não informa ao consulente como usar a preposição, apenas ilustra contextos em que ela aparece com o mesmo valor das locuções. Outro ponto importante a salientar é a coexistência dessas locuções na mesma “acepção”. “De passagem” e “Nas proximidades de” têm valores completamente distintos.

Nas “acepções” 8 e 26, temos a repetição de duas locuções já apresentadas nas “acepções” estudadas como equivalentes a *por*:

8 com a utilização de, através de, mediante

Ex.: <p. via aérea> <ninguém vence pelo ódio> <mandar pelo correio>

26 ao redor de, perto de

Ex.: a frequência de público andava p. umas 200 pessoas
(Hou, 2001 s.v. *por*)

“Através de” e “perto de” aparecem novamente, porém com valores diferentes. Inferimos esses valores a partir dos exemplos, pois em nenhum momento o dicionário menciona qualquer explicação quanto à significação das equivalências que apresenta. Esse é mais um aspecto essencial para o estudo das instruções. A equivalência raramente é o melhor recurso, devido aos diferentes valores que uma palavra pode ter. Utilizando esse critério para redatar as instruções das palavras gramaticais, Hou (2001) não demonstra o uso da preposição, ou seja, não dá nenhuma instrução ao consulente, e, além disso, traz equivalências cujos valores são diferentes



misturadas em uma mesma “acepção”. Isso significa dizer que não é eficiente apresentar “equivalências” no verbete da palavra gramatical, pois elas não dizem nada a respeito do uso da palavra.

O último ponto que gostaríamos de ressaltar em relação ao verbete *por* em Hou (2001) é a incoerência das “acepções” 20 e 27:

20 em favor de, em benefício de, em nome de, em defesa de
Ex.: <não se lamente p. mim> <morrer p. um ideal>

27 em nome de, com o aval de
Ex.: p. Deus!

(Hou, 2001 s.v. *por*)

Na vigésima “acepção”, há um aglomerado de expressões que não compartilham o mesmo valor. “Fazer algo em benefício de alguém” não é o mesmo que “fazer algo em nome de alguém”, por exemplo. Além disso, na “acepção” 27, há a repetição da expressão “em nome de”, o que sugere novamente a inadequação de “definir” as palavras gramaticais através de equivalências. Outro problema é o exemplo empregado por Hou (2001) na “acepção” 27: “Por Deus!” Não é correto afirmar que quando alguém emprega tal construção, está dizendo que algo é em nome de Deus ou com o aval de Deus. “Por Deus!” é uma interjeição, uma expressão cristalizada da língua portuguesa que exprime surpresa ou escândalo.

Passemos agora, ao tratamento de *para* em Hou (2001). A obra aponta a função sintática da palavra, “relaciona por subordinação” e indica que *para* expressa os “sentidos” de direção, proximidade, intenção, propriedade, combate, utilidade, avaliação, duração, capacidade, quantidade, comunhão com sentimentos e propósito. Seria possível dizer que a preposição atua em orações que têm esses sentidos, mas não que ela os carrega em si.

Outro problema encontrado refere-se a uma incoerência, por exemplo, entre as “acepções” 3 e 12:

3 intenção; com o intuito de
Ex.: <saiu p. trabalhar> <ficou p. resolver os problemas pendent>



12 propósito; com finalidade de
Ex.: madrugadas p. caminhar?

(Hou, 2001 s.v. *para*)

As duas “acepções” têm o mesmo valor, pois *intenção* e *propósito* podem ser considerados sinônimos. Com isso, o dicionário acaba confundindo o consulente, uma vez que se torna difícil entender porque essas duas “acepções” não estão reunidas em uma só.

3.3.3 *Por* e *para* em DRAE (2001)

Partimos agora para a análise de *por* e *para* nos dicionários de língua espanhola, começando com DRAE (2004) e o verbete *por*. O dicionário traz 27 “acepções” para a preposição. Apontaremos aqui alguns problemas encontrados nas instruções. Analisemos, primeiramente, as “acepções” 2 e 3:

2. prep. Ante topónimos, denota tránsito por el lugar indicado. *Ir a Toledo por Illescas.*
3. prep. Ante topónimos, indica localización aproximada. *Ese pueblo está por Toledo.*

(DRAE, 2004 s.v. *por*)

A instrução “ante topónimos” é incompleta para a preposição, uma vez que pode ter dois valores diferentes. A mera enumeração de usos não é suficiente para que o consulente entenda como se emprega a palavra. Note-se que há diferenças de construção sintática entre os dois exemplos; no primeiro deles, a locução *ir + a*. No segundo exemplo, o verbo *estar*. Talvez esse seja um caminho para indicar ao consulente o uso da palavra, já que a presença do topônimo não é o suficiente.

A próxima “acepção” a ser estudada é a sétima:

7. prep. Denota causa. *Por una delación la detuvieron. Cerrado por vacaciones.*

(DRAE, 2004 s.v. *por*)

A informação de que a preposição denota causa não dá conta de instruir o consulente acerca de como se deve utilizar a preposição, até porque outras palavras podem denotar causa, inclusive



para (“¿Para qué madrugas tanto?”, DRAE 2004, s.v. *para*). É necessário que o dicionário abarque mais informações de cunho instrutivo, no sentido de garantir que o consulente compreenda como se emprega a palavra gramatical.

Vejam agora algumas outras “acepções” de DRAE (2004) para *por*:

- 14. prep. Junto con algunos nombres, denota que se da o reparte con igualdad algo. *A pichón por barba. A peseta por persona.*
- 22. prep. U. en lugar de la preposición *a* y el verbo *traer* u otro. *Ir por leña, por vino, por pan.*
- 23. prep. Con ciertos infinitivos, [para](#). *Por no incurrir en la censura.*
- 24. prep. Con ciertos infinitivos, denota la acción futura de estos verbos. *Está por venir, por llegar; la sala está por barrer.*

(DRAE, 2004 s.v. *por*)

Em todas essas “acepções”, existe uma imprecisão muito grande nas instruções. “Algunos nombres”, “ciertos infinitivos” e “el verbo *traer* u otro” resultam demasiadamente vagos para serem de verdadeira ajuda ao consulente¹⁹. De fato, o que acontece nesses casos é que o usuário acaba sem certeza em relação ao emprego da palavra, não só porque a instrução parece não ter como finalidade demonstrar o uso do lema, mas também porque fica um leque de possibilidades que não se pode afirmar onde acaba. Isso significa dizer que a função da obra não se cumpre com eficácia, pois ficam lacunas cruciais para o entendimento do verbete. Também é importante salientar que, na instrução 23, o dicionário aponta que *por* teria o mesmo valor que *para*. No entanto, se trocarmos as preposições no exemplo apresentado pelo dicionário, constataremos que o valor muda, pois em “Por no incurrir en la censura” é causal ao passo que “Para no incurrir en la censura” tem valor de finalidade.

Em relação a *para*, DRAE (2004) também apresenta problemas. A falta de critérios para a redação de instruções das palavras gramaticais acaba resultando em “acepções” que se confundem entre si e que entre os quais não se pode estabelecer limites de diferença, como acontece com as “acepções” 7 e 8 de *para*:

¹⁹ Nesse sentido, consideramos que os verbetes analisados, em geral, não apresentam informações discretas ou discriminantes. Informação discreta é aquela que possui um caráter efetivamente relevante para o usuário. Corresponde a um fato de norma. Já a informação discriminante é aquela que permite ao leitor tirar algum proveito em relação ao uso ou conhecimento da língua (Cf. Bogueño, Fariás (2006)).



7. prep. Significando el motivo o causa de algo, por que, o por lo que. *¿Para qué madrugas tanto?*

8. prep. Por, o a fin de. *Para acabar la pendencia, me llevé a uno de los que reñían.*

(DRAE, 2004 s.v. *para*)

Fica bastante difícil entender a diferença entre essas “acepções”. Os exemplos cabem perfeitamente a qualquer uma delas. Com isso, podemos afirmar que nem a paráfrase, nem o exemplo ajudam a diferenciar uma “acepção” de outra.

Vejamos agora o caso da “acepção” 12:

10. prep. Junto con verbo, significa la resolución, disposición o aptitud de hacer lo que el verbo denota, o la proximidad o inmediación a hacerlo, y en este último sentido se une al verbo *estar*. *Estoy para marchar de un momento a otro. Estuve para responderle una fresca.*

(DRAE, 2004 s.v. *para*)

Temos a indicação de um valor assumido pela preposição quando junto com verbo. No entanto, essa informação é pouco eficaz, uma vez que podemos realizar construções de *para + verbo* que não vão estar de acordo com essa instrução, por exemplo “me despierto para llegar temprano”. Essa oração, perfeitamente gramatical, traz juntos a preposição e o verbo e não assume o valor indicado na “acepção” 12.

3.3.2 *Por* e *para* em SDPELE (2000) e DSLE (1996)

SDPELE (2000) e DSLE (1996), como já dito anteriormente, são dicionários para aprendizes, e, em razão disso, deveriam ter um diferencial em relação aos outros dicionários analisados: no mínimo, um número menor de “acepções” e linguagem mais simples nas instruções. No entanto, não é isso que acontece normalmente. Um exemplo disso é o fato de DSLE (1996) trazer verbetes mais extensos que DRAE (2004).

DSLE (1996) apresenta graves problemas no tratamento de *por*:



6. Indica finalidad: 6¹ Con verbos de acción física o psíquica, o nombres que designan sentimiento o actitud humana positivos: *preocuparse por conseguir dinero, un viaje por placer*. 6² Seguida de infinitivo, indica acción posterior a la expresada antes de la preposición: *ponerse un mandil por no marcharse*. 6³ Seguida de nombre, equivale a *para* + verbo: *Salí de allí por diversión*.

(DSLE, 1996 s.v. *por*)

A “subacepção” 6² indica um valor quando a preposição está seguida de infinitivo, mas em 6¹ podemos notar que há uma construção desse tipo, “por conseguir dinero”, ou seja, a indicação do infinitivo não dá conta do uso da preposição. Em 5², há outra instrução para a preposição junto com o infinitivo: “Con infinitivo, cuando la acción que expresa se realiza simultáneamente o antes que la expresada por el verbo regente”. O mesmo acontece com a instrução 6³, que estabelece um valor para a preposição quando seguida de nome, pois em 6¹ temos o exemplo “por placer” que não se enquadra na “subacepção”. Essa incoerência é recorrente ao longo do verbete, o que acaba contribuindo para o mau funcionamento do dicionário.

No tratamento de *para*, pode-se apontar o caso da “acepção” 2 e suas “subacepções”:

2 Indica dirección a un determinado lugar. 2¹ Indica el lugar al que alguien se dirige: *un billete para Barcelona*. 2² Expresa dirección u orientación al lugar que se indica: *Te vi cuando iba para la facultad*. 2³ Con verbos que indican cambio de dirección, indica la dirección que se toma: *Tuerce para la derecha cuando llegues al semáforo*.

(DSLE, 1996 S.V. *para*)

Nessa “acepção”, temos a repetição inútil de um mesmo valor. A “acepção” e as três “subacepções” indicam a mesma coisa com palavras diferentes. É difícil de se entender por que razão um mesmo valor foi partido em quatro informações no verbete. Um procedimento como esse só pode confundir o consulente, deixando muito a desejar no que se refere à instrução de uso de uma palavra gramatical.

SDPELE (2000) também apresenta problemas em suas instruções. No que se refere a esse dicionário, realizaremos concomitantemente a análise de *por* e *para*. Vejamos as “acepções” 1 e 2 de *para*:



para 1. prep. Indica finalidad o utilidad: *fue al cine ~ distraerse; compró tela ~ para un vestido.*

2. Introduce un objeto indirecto añadiendo la idea de finalidad: *compraremos un juguete ~ el niño; traigo una carta ~ tu madre.*

(SDPELE, 2000 S.V. *para*)

Comparando as duas “acepções”, fica difícil entender por que a função sintática da oração seria motivo para separá-las, até porque na primeira não se faz nenhuma alusão à função sintática da oração encabeçada por *para*. Observemos agora a “acepção” 8 de *por*:

8 Indica finalidad: *ha venido solamente ~ hablar contigo.*

(SDPELE, 2000 S.V. *por*)

Comparando agora as três “acepções”, percebe-se que dizer que a preposição indica finalidade não acrescenta muito ao consulente. O que de fato faz-se necessário é a explicação do uso de uma palavra gramatical, trata-se de entender como ela se emprega.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é essencial que se tome as distinções entre palavras gramaticais e palavras lexicais e entre metalinguagem do signo e metalinguagem do conteúdo como premissas teóricas a serem consideradas na formulação de critérios de redação, no sentido de ampliar a eficácia da obra lexicográfica e apresentar ao consulente informações realmente discretas e discriminantes. A redação de definições para palavras lexicais e a redação de instruções para palavras gramaticais devem ser encaradas como dois problemas teóricos completamente diferentes.

Por outro lado, é importante considerar a relação instrução-exemplo: em razão de que exemplo e paráfrase definidora/instrução de uso devem formar um conjunto harmônico de informações, é essencial classificar as paráfrases e entender a relevância do exemplo dentro de tal classificação. Farias (2007) divide as paráfrases em dois grandes grupos, que são: 1) Paráfrases Transparentes, aquelas que esclarecem ao usuário a significação da palavra sem a necessidade de acréscimo de informações, como acontece em *mão* (“extremidade do membro superior, articulada



com o antebraço pelo punho e terminada pelos dedos”. (Hou, 2001 s.v. *mão*), por exemplo, e 2) Paráfrases Opacas, que não conseguem cumprir essa função. Esse grupo se subdivide em 2.1) Paráfrases Opacas Deficitárias, ou seja, aquelas que são visivelmente mal redigidas, como *almoço* (“tomar o almoço”. (Au, 1999 s.v. *almoçar*) e 2.2) Paráfrases Opacas Propriamente Ditas, aquelas referentes a palavras que naturalmente apresentam maior dificuldade na hora de redatar uma definição/instrução, como as palavras gramaticais. É nesse tipo de paráfrase que o exemplo se torna uma informação indispensável e que precisa ser eficiente.

Outro aspecto essencial a ser considerado é o estilo de redação das instruções de uso. Os dicionários, em geral, costumam empregar algumas expressões que acabam não refletindo a funcionalidade do lema, pois são demasiadamente vagas, como “partícula empregada em numerosíssimos casos” (Au, 1999 s.v. *por*), “partícula de larguíssimo emprego em português. Use-se, além de noutros casos, nos seguintes” (Au, 1999, s.v. *de*) e “em numerosas locuções (antecedido de preposições, advérbios ou de participios), confere à oração subordinada valores circunstanciais, como” (Hou, 2001 s.v. *que*). Esse tipo de instrução não constitui uma informação discreta e discriminante no usuário, pois deixa em aberto um grande leque de possibilidades, ou seja, não dá conta de expressar o emprego da palavra gramatical.

Outros tipos de expressões comumente encontradas nos dicionários são: “entra na composição de adjuntos adverbiais que exprimem idéia de” (Au, 1999, s.v. *em*) e “faz parte de adjuntos ou oração que exprimem” (Au, 1999 s.v. *para*). Essas instruções tampouco são informações discretas e discriminantes, uma vez que o que se segue a elas é uma lista de acepções que se referem à construção na qual está inserida a palavra gramatical. Isso significa dizer que, nesses casos, o dicionário não descreve o lema em questão, mas sim enumera alguns contextos desse lema, atribuindo-lhes significado. A descrição do uso da palavra gramatical na língua deveria ser o conteúdo do verbete, mas não é o que acontece.

Por fim, é importante ressaltar que a microestrutura de um dicionário semasiológico deve apresentar um conjunto de informações organizadas (cf. Haensch, 1982), de maneira que se possa reconhecer nela um programa constante de informações (cf. Jackson, 2002:81). No caso das palavras gramaticais, acreditamos que as informações imprescindíveis são: 1) instrução de uso, 2) exemplo e 3) apresentação esquemática do contexto sintático. Um exemplo de aplicação desse



programa constante de informações pode ser dado através da instrução de Au (1999, s.v. *por*): “entra na formação de adjuntos ou de orações que indicam: amizade, amor. Ex. é louco por sua mulher e filhos”. O mais prudente seria apontar que *por* organiza sintaticamente a manifestação de uma determinada disposição de ânimo para com alguma coisa, na posição *nome + por + nome/oração*:

Sugestão

por organiza sintaticamente a manifestação de uma determinada disposição de ânimo para com alguma coisa (*Louco por, doente por, apaixonado por, fanático por, obcecado por...*) [*nome + por + nome/oração*]. Ex: É louco por sua mulher e filhos.

Dessa maneira, o dicionário estaria apresentando ao consulente a atuação da preposição na língua, bem como seu contexto sintático, através do esquema entre colchetes e do exemplo, informação essencial na microestrutura de uma palavra gramatical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(AU) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BOSQUE, **Sobre la teoría de la definición lexicográfica**. *Verba: Anuario galego de filoloxia*. Nº 9, págs. 105-124, 1982.

BUGUEÑO, Félix Valentín. **Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias**. *Alfa* (ILCSE/UNESP), 2009.

_____. **O que é macroestrutura no dicionário de língua?** In: ALVES, Ieda Maria; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). *As ciências do Léxico: Lexicologia, lexicografia e terminologia*. São Paulo: Humanitas, v. III, p. 261-272, 2007.

_____. **Léxico e Ensino: Señas (2000), um dicionário para aprendizes de espanhol?** In: MARTINS, Evandro; CANO, Waldenice; MORAES FILHO, Waldemar. (Org.). *Léxico e morfofonologia: perspectivas e análise*. Uberlândia: EDUFU, , p. 216-232, 2006.



_____. **Notícia sobre o comentário de forma e o comentário semântico em um dicionário de falsos amigos.** *Expressão* v 8/1. Santa Maria (89-93), 2004.

_____. **Problemas medioestruturais em um dicionário de falsos amigos.** In: Colóquio nacional Letras em Diálogo e em Contexto: Rumos e desafios, 2003, Porto Alegre (RS). Anais do Colóquio Nacional Letras em Diálogo e em Contexto: Rumos e desafios. Porto Alegre : Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, p. 1-16, 2002.

_____.; FARIAS, Virginia Sita. **Avaliação do programa de informações em dicionários monolíngües do português.** In: VIII Congresso Brasileiro de Língua Aplicada, 2007, Brasília D.F.. Caderno de Resumos do VIII CBLA, p. 185-185, 2007.

_____.; **Informações discretas e discriminantes no artigo léxico.** *Cadernos de Tradução* (Florianópolis), v. 18, p. 115-135, 2006.

CANO Ginés, Antonio. **Contribuciones lexicográficas al español como lengua extranjera.** España: Universidad Complutense de Madrid, 2005.

CARTER, Ronald. **Vocabulary: Applied Linguistic Perspectives.** London, UK: Routledge, 1998.

COSERIU, Eugénio. **A perspectivização funcional do léxico.** In: *Problemas da Lexicologia e Lexicografia.* Porto: Civilização, 1979

(DRAE) **Diccionario de la Real Academia Española.** 22ª e. Versão on-line. Disponível em www.rae.es 2004.

(DSLE) **Diccionario Salamanca de la lengua española.** Madrid: Grupo Santillana, 1996.

(DUE) Moliner, Maria. **Diccionario de uso del español.** 2 ed. Madrid: Gredos, 2001

FORNARI, Michelle Kühn. **Concepção e desenho do *Front Matter* do dicionário de falsos amigos espanhol – português.** *Revista Voz das Letras*, v. 9, p. 1-15, 2008.

_____. **Los diccionarios de español como LE y su adecuación al Marco Común Europeo de Referencia para Lenguas.** *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, v. 1, p. 215-238, 2007.

HAENSCH, Günther. **La lexicografía.** Madrid: Gredos, 1982.

HARTMANN, R.R.K, JAMES, Gregory. **Dictionary of lexicography.** London: Routledge, 1998.



- (Hou) HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: 2001.
- HUMBLÉ, Philippe. **Dictionaries and Language Learners**. Frankfurt am Main: Haag und Herchen, 2001.
- ILSON, Robert. **A spectrum of lexicography**. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- JACKSON, Howard. **Lexicography. An introduction**. London: Routledge, 2002.
- LANDAU, Sidney. **Dictionaries, The art and craft of lexicography**. Cambridge: CUP, 2001.
- LARA, Marilda Lopes Gínez. **Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, 2004.
- (MARCO) **Marco Común Europeo de referencia para las lenguas: Aprendizaje, enseñanza, evaluación**. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/obref/marco/>.
- MEDINA Guerra, Antonia M.(CB). **Lexicografía Española**. España: Editorial Ariel, 2005.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **O que dizer sobre as palavras gramaticais aos usuários da língua**. In: Encontro Nacional da Anpoll (5.: 1990 : Recife). Anais. Porto Alegre : Anpoll, v. 2, p. 87-93, 1991.
- (SDPELE) **Señas. Dicionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SECO, Manuel. **Estudios de lexicografía española**. Gredos: Madrid, 2003.
- (VOXe) **Vox - Dicionario de uso del español de América y España**. Versão em cd-room. Barcelona: SPES Editorial, 2003.